

## O ritual das palavras: vida e ancestralidade, crença e aprendizagem em *Provérbios*, de Carolina Maria de Jesus

Rodrigo Felipe Veloso<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma análise crítica da obra *Provérbios* (1963), de Carolina Maria de Jesus, destacando seu processo criativo e sua inserção consciente na tradição literária brasileira. A autora rejeitava o rótulo exótico e reducionista de “autora favelada de baixa instrução”, afirmando-se como escritora legítima e herdeira de uma linhagem afro-brasileira ancorada na oralidade, na resistência e na produção estética. Em *Provérbios*, Carolina reelabora as fórmulas sentenciosas da sabedoria popular afrodescendente como dispositivos literários capazes de articular ancestralidade, ética comunitária e crítica social. O estudo evidencia como os provérbios, além de sua função pedagógica, assumem valor estético, performativo e político, operando como estratégias discursivas de denúncia e reafirmando uma postura ideológica diante das desigualdades raciais, sociais e simbólicas. Os temas centrais da obra, “homem, política e religião”, perpassam os enunciados proverbiais e expõem conflitos éticos vivenciados nas margens da sociedade brasileira, cuja força crítica e associativa se revela na tessitura textual. Assim, os provérbios são ressignificados como expressões literárias engajadas, conjugando tradição oral e linguagem escrita em um gesto autoral consciente. A apropriação dessas fórmulas por Carolina inscreve-se como compromisso com a palavra, tornando sua escrita espaço de memória ancestral, crítica às estruturas de dominação e afirmação identitária.

**Palavras-chave:** Literatura afro-brasileira. Carolina Maria de Jesus. *Provérbios*. Moral. Ritual de vida.

## The ritual of words: life and ancestry, belief and learning in *Proverbs*, by Carolina Maria de Jesus

**Abstract:** This article presents a critical analysis of Carolina Maria de Jesus's work *Provérbios* (1963), highlighting her creative process and her conscious insertion into the Brazilian literary tradition. The author rejected the exotic and reductionist label of “poorly educated favela author”, asserting herself as a legitimate writer and heir to an Afro-Brazilian lineage anchored in orality, resistance, and aesthetic production. In *Provérbios*, Carolina reworks the sententious formulas of Afro-descendant folk wisdom as literary devices capable of articulating ancestry, community ethics, and social critique. The study highlights how proverbs, beyond their pedagogical function, assume aesthetic, performative, and political value, operating as

---

<sup>1</sup> Pós-doutorado em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e doutor em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Professor no curso de Letras da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. E-mail: [rodrigof\\_veloso@yahoo.com.br](mailto:rodrigof_veloso@yahoo.com.br). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7840-584X>.

discursive strategies of denunciation and reaffirming an ideological stance in the face of racial, social, and symbolic inequalities. The work's central themes, “man, politics, and religion”, permeate the proverbial utterances and expose ethical conflicts experienced on the margins of Brazilian society, whose critical and associative force is revealed in the textual fabric. Thus, the proverbs are reinterpreted as engaged literary expressions, combining oral tradition and written language in a conscious authorial gesture. Carolina's appropriation of these formulas is inscribed as a commitment to the word, transforming her writing into a space of ancestral memory, a critique of structures of domination, and an affirmation of identity.

**Keywords:** Afro-Brazilian literature. Carolina Maria de Jesus. Proverbs. Moral. Life ritual.

## Introdução

O outro que vemos é espelho de nós mesmos, ser é também se reconhecer no que o mundo rejeita (Rodrigo Felipe Veloso).

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente (Tierno Bokar).

O livro *Provérbios*, de Carolina Maria de Jesus, publicado em 1963, revela uma forma literária profundamente enraizada nas tradições orais africanas, nas quais o saber ancestral se manifesta por meio de sentenças breves, dotadas de forte carga simbólica, ética e pedagógica. Tais provérbios condensam uma sabedoria precisa, transmitida de geração em geração, e expressa com economia de palavras, mas com intensa potência de significação. Em sua escrita, Carolina transforma esses enunciados em verdadeiras “pílulas de encantamento”: fórmulas que não apenas instruem ou advertem, mas também mobilizam afetos, despertam consciências e sugerem transformações na postura diante da vida cotidiana.

O caráter performativo desses dizeres articula-se a uma proposta de intervenção social. Ao difundir valores como a honestidade, a paciência, a coragem e a humildade, a autora convoca seus leitores, especialmente os oriundos das periferias e das margens sociais, à resistência e à busca por uma existência digna. Assim, Carolina reinventa o provérbio como instrumento de afirmação identitária e de crítica às estruturas de dominação, atualizando, pela escrita, uma herança africana que resiste ao apagamento histórico e se projeta como sabedoria de sobrevivência e estratégia de emancipação.

O processo de escrita de Carolina Maria de Jesus traça um caminho profundamente vinculado à vivência do homem comum em situação de vulnerabilidade. Esse sujeito, situado nos espaços marginais da sociedade, muitas vezes torna-se invisível aos olhos dos poderes constituídos ou permanece aprisionado pelas engrenagens de um sistema que tenta silenciá-lo. No entanto, essa figura o “angu de caroço”, metáfora utilizada pela própria autora, representa a mácula social que compromete a vida dos menos favorecidos, denunciando as injustiças de um contexto sociocultural excludente.

Raffaella Fernandez (2017) destaca que o processo criativo da “poeta da favela” transita “numa captura insana que gera e que demonstra um procedimento febril rumo ao artístico: a formulação de uma poética de resíduos que é alavancada por sua natureza pústula(r), fluida, turva e purulenta, células criativas de defesa (...)” (Fernandez, 2017, p. 116). Em linhas gerais, a literatura, para Carolina, constitui-se como uma poderosa arma de reflexão social e de testemunho de uma vida precária e miserável, sempre com a esperança de reverter essa condição residual e infausta.

Fernandez ainda pontua:

Suas narrativas emergem do chorume social malcheiroso a fermentar na criação e a incomodar essa mesma sociedade que a gerou, uma sociedade que se pretende asséptica, acostumada às aparências, a esconder debaixo do tapete aquilo que lhe pareça pueril ou cause os pruridos morais que demonstram suas infecções e toda a sorte de chagas estranhas ao organismo social bem-comportado. Mas, como expelir aquilo que não cessa de ser produzido? (Fernandez, 2017, p. 116).

Esse excerto é poderoso como crítica à sociedade que marginaliza e oculta a pobreza que ela mesma cria. Sua linguagem intensa, embora densa, espelha o desconforto necessário que a literatura de Carolina provoca. Trata-se de um comentário metacrítico que valoriza o gesto literário da autora como uma ruptura estética e política que desafia os limites do “bom gosto”, da assepsia literária e da falsa moralidade burguesa.

*Provérbios* representa uma faceta singular da escritora mineira, ao reunir aforismos, ditos populares e frases de sabedoria cotidiana que transcendem a experiência pessoal para configurar uma ética comunitária e ancestral. Diferente do caráter diarístico e autobiográfico predominante em *Quarto de despejo* (1960),

*Provérbios* aproxima-se de uma tradição oral afro-brasileira e da cultura popular periférica, funcionando como um repositório de saberes transmitidos intergeracionalmente.

Nesse sentido, críticos como Eduardo de Assis Duarte (2008) e Heloisa Buarque de Hollanda (2020) ressaltam a importância de reconhecer Carolina não apenas como uma escritora do testemunho, mas como uma autora com projeto estético e político próprio, que mobiliza a linguagem como ferramenta de resistência e subversão do cânone literário tradicional e, sobretudo, “no contexto latino-americano, outras zonas de tradução podem ser encontradas nos trabalhos de sujeitos subalternos, como os diários da favelada afro-brasileira Carolina Maria de Jesus” (Costa, 2020, p. 354).

Duarte analisa Carolina dentro do contexto do projeto literário afro-brasileiro e sua contribuição como intelectual orgânica da favela, inserida no que ele chama de “literatura afro-brasileira contemporânea”. Duarte destaca ainda que Carolina não apenas documenta a realidade da favela, mas reelabora essa experiência por meio de uma estética própria, que conjuga lirismo, denúncia e oralidade.

Buarque de Hollanda, por sua vez, contribui com uma leitura que enfatiza o lugar de Carolina no campo literário e a tensão entre o discurso autorizado da crítica e a voz dissidente da autora favelada. Para Hollanda, Carolina tensiona as categorias de autoria e autoridade, abrindo espaço para uma literatura periférica com legitimidade própria.

Outra crítica fundamental é a de Conceição Evaristo, que propõe o conceito de “escrevivência” para pensar a escrita de mulheres negras a partir de suas vivências. Evaristo vê em Carolina uma precursora da escrita que emerge do cotidiano, da memória e da resistência, sendo sua obra um gesto político de existência, afirmação e do corpo negro feminino como lugar de enunciação.

Quando uma mulher como Carolina Maria de Jesus crê e inventa para si uma posição de escritora, ela já rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade, que já se institui como um audacioso movimento. Uma favelada, que não maneja a língua portuguesa – como querem os gramáticos ou os aguerridos defensores de uma linguagem erudita – e que insiste em escrever, no lixo, restos de cadernos, folhas soltas, o lixo em que vivia, assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária. Carolina Maria de Jesus e sua escrita surgem “maculando” – sob o olhar de muitos – uma instituição marcada, preponderantemente, pela presença masculina e branca (Evaristo, 2009, p. 28).

Essa perspectiva é fundamental para compreender *Provérbios* como um texto que reconfigura o gênero literário tradicional dos provérbios. Ao reunir tais referências, é possível afirmar que a narrativa em estudo não é apenas um exercício estilístico, mas uma afirmação política e estética de um saber marginalizado, que desafia as fronteiras entre oralidade e escrita, popular e erudito, centro e periferia.

A narrativa de Carolina tem sido objeto de crescente interesse crítico e acadêmico nas últimas décadas, revelando a complexidade de sua escrita e a potência de sua voz na literatura brasileira. Carolina emerge como figura central na discussão sobre literatura negra, escrita feminina, oralidade e marginalidade social.

Este artigo propõe uma leitura crítica da obra *Provérbios*, de Carolina Maria de Jesus, destacando sua inserção consciente na tradição literária brasileira e sua valorização da oralidade afrodescendente como forma estética e política de resistência. Carolina afirma-se como escritora legítima ao transformar os provérbios (expressões da sabedoria popular e da memória ancestral) em instrumentos de crítica social e posicionamento ideológico. A análise revela como esses enunciados, além de sua função normativa, assumem dimensões performativas, estéticas e discursivas, abordando temas como política, religião e ética sob a perspectiva de quem vive às margens. Assim, *Provérbios* se configura como um gesto de inscrição no campo da escrita, articulando tradição oral, denúncia das desigualdades e afirmação identitária, com base em fundamentos teóricos de autores como Walter Benjamin, Domício Proença Filho, Eduardo de Assis Duarte e Renato Lessa.

### **A sabedoria popular em *Provérbios*, de Carolina Maria de Jesus: voz, resistência e tradição**

(...) e, se inteira fui,  
cada pedaço que guardo de mim  
tem na memória o anelar  
de outros pedaços (...)  
(Conceição Evaristo).

Confirmam-se ditados e provérbios antigos.  
Tudo passa.  
Não há mal que perdura.  
De bom mel não se enche a colher  
(Paulina Chiziane).

O livro *Provérbios*, de Carolina Maria de Jesus, revela uma faceta menos explorada da autora mineira, mundialmente conhecida pelo romance *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. A obra em análise compila reflexões, ditados e expressões da sabedoria popular, reafirmando o compromisso da escritora com a valorização da cultura oral e com o registro das experiências das camadas marginalizadas da sociedade brasileira.

Na esteira discursiva sobre a concepção e formação do provérbio, especialmente por estar vinculado ao contexto africano, ressalta-se que a associação entre África e cultura exclusivamente oral e popular é uma generalização que reduz a complexidade e diversidade dos sistemas culturais africanos. Embora a oralidade desempenhe papel central em muitas sociedades africanas, como forma de transmissão de saberes, histórias, mitos e valores, isso não significa que a escrita, a erudição ou a sofisticação estética estejam ausentes. Tal associação, herdada de uma perspectiva colonial eurocêntrica, desconsidera a existência de tradições letradas milenares, como a do Império do Mali, que produziu manuscritos em centros como Timbuktu, escritos em árabe e em línguas locais. Portanto, essa visão estreita contribui para a perpetuação de estereótipos que inferiorizam as culturas africanas, posicionando-as como “não civilizadas” frente aos modelos ocidentais de conhecimento.

Além disso, a redução da cultura africana à oralidade e ao popular oculta a pluralidade de suas expressões artísticas e intelectuais, bem como ignora os processos históricos de hibridização cultural. Autores africanos contemporâneos escrevem em múltiplas línguas, coloniais e locais, e utilizam tanto formas orais quanto letradas para construir uma literatura de resistência e afirmação identitária. Essa produção rompe com o binarismo entre oralidade e escrita, mostrando que ambas coexistem de forma criativa e dinâmica. A insistência em associar a África exclusivamente ao “popular” também esvazia as possibilidades de reconhecimento da agência intelectual e da complexidade epistemológica dos povos africanos, relegando-os a uma posição subalterna dentro das hierarquias do saber.

Carolina é uma das artistas mais importantes da literatura afro-brasileira. Mulher negra, pobre, com pouca escolaridade formal, destacou-se por transformar sua vivência de exclusão em uma literatura pungente e profundamente crítica, marcada por uma voz autoral singular e por uma intensa consciência de sua condição social e

histórica.

No entanto, em *Provérbios*, a autora apresenta uma vertente distinta de sua escrita, menos centrada na denúncia direta, ainda que essa continue presente de modo implícito, e mais voltada à preservação da memória coletiva e da cultura popular. A obra consiste em uma coletânea de aforismos e pensamentos breves, inspirados pela tradição oral afrodescendente e pela observação atenta do cotidiano.

Os provérbios compilados por Carolina tratam de temas como a luta, a superação, a ética, as relações sociais e as dificuldades da vida na pobreza. Essas expressões carregam a marca da sabedoria ancestral, transmitida de geração em geração, mas também incorporam a visão própria da autora, que alia ironia, crítica social e lirismo na construção de um universo poético e político.

A literatura afro-brasileira projetada pela escritora concentra-se na experiência negra, assumindo um papel essencial na formação de um repertório literário que, desde os anos 1970, como aponta Proença Filho, vem conquistando espaço na crítica e nos estudos literários, apesar de correr o risco, à época, de ser reduzido a uma manifestação exótica ou folclórica.

Proença Filho esclarece que o sintagma “negro” comporta duas acepções: em sentido restrito, refere-se à literatura produzida por autores negros ou seus descendentes assumidos, revelando visões de mundo, ideologias e formas de expressão marcadas por condições sociais e históricas específicas; em sentido amplo, abrange toda obra literária centrada em temáticas e experiências ligadas à população negra, independentemente da origem do autor.

em sentido restrito, considera-se negra uma literatura feita por negros ou por descendentes assumidos de negros e, como tal, reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização que, por força de condições atávicas, sociais, e históricas condicionadoras, caracteriza-se por uma certa especificidade, ligada a um intuito claro de singularidade cultural. Lato sensu, será negra a arte literária feita por quem quer que seja, desde que centrada em dimensões peculiares aos negros ou aos descendentes de negros (Proença Filho, 2005, p. 185).

Essas designações configuram uma reivindicação, por parte da população negra, de certos princípios formadores de uma identidade originária. Tal identidade está vinculada e emerge de uma questão histórica estruturante: a luta e a conquista pela integração à comunidade. De modo geral, essa integração ascende e se fortalece no

cenário da crise da modernidade, especialmente em razão da chamada “fragmentação social”.

De imediato, é fundamental destacar que a literatura afro-brasileira se distingue dentro do conjunto das chamadas “letras nacionais” não apenas por suas temáticas e vozes autorais, mas, sobretudo, por sua origem enraizada nas culturas de matriz africana e pelo diálogo permanente com essa ancestralidade. Trata-se de uma produção literária que não se limita a uma inserção periférica na tradição brasileira, mas que afirma sua especificidade estética, ética e política a partir de elementos constitutivos próprios. A oralidade, o corpo, a memória coletiva, os ritos de resistência e a vivência do racismo estrutural são aspectos que conferem a essa literatura um estatuto conceitual e compositivo singular. Nesse sentido, ela não apenas amplia o escopo da literatura brasileira, como também questiona os cânones estabelecidos e promove uma reconfiguração das formas de pertencimento e representação cultural.

Assim, ao afirmar sua origem africana, a literatura afro-brasileira se posiciona como um campo legítimo de produção de conhecimento, imaginação e subjetividade, convocando o leitor à escuta de vozes historicamente silenciadas. Nesse contexto, Carolina se destaca como figura central e criadora, ao fazer da palavra escrita um instrumento de denúncia, afirmação e registro da memória coletiva de seu povo.

Duarte, nesse sentido, propõe cinco critérios que caracterizam essa literatura. O primeiro refere-se à temática, em que o negro é o tema central. O segundo diz respeito à autoria, quando se trata de uma escrita proveniente de autores afro-brasileiros; neste caso, é necessário atentar para a abertura implícita ao sentido da expressão, a fim de abarcar as individualidades muitas vezes fraturadas pelo processo de miscigenação (Duarte, 2008, p. 12). O terceiro critério trata do ponto de vista: é fundamental a assunção de uma perspectiva e de uma visão de mundo identificada com a história, a cultura e toda a problemática inerente à vida desse importante segmento da população (Duarte, 2008, p. 12).

O quarto critério situa-se no âmbito da linguagem, marcada por um discurso próprio, com ritmos e sentidos novos, vocábulos de origem africana e uma identidade discursiva vinculada ao projeto transculturador em vigor no Brasil. Por fim, o quinto componente diz respeito à constituição de um público leitor afrodescendente, que possui uma intencionalidade própria em relação a essa literatura. Por outro lado,

também revela uma lacuna no processo de construção de uma literatura brasileira verdadeiramente plural. Vale ressaltar que esses componentes não operam de forma isolada, o que seria insuficiente, mas devem interagir para garantir, de fato, a integração e o pertencimento à literatura afro-brasileira.

Os provérbios oriundos da tradição africana revelam a literatura como movimento de afirmação da cultura negra, por meio de uma tomada de consciência da própria condição social. Esses provérbios circulam por espaços historicamente negados ao povo negro, estabelecendo relações com as regras instituídas cuja obediência, muitas vezes, foi condição de sobrevivência. Além disso, revelam uma preocupação com a singularização cultural, inicialmente assegurada pela oralidade e, posteriormente, pela representação literária escrita. Nessa transição, elementos míticos e rituais de resgate da memória coletiva dos povos africanos e suas questões sócio-históricas são incorporados, sobretudo no tocante à reconfiguração étnica e às implicações disso no público leitor.

É importante enfatizar a sabedoria popular contida nos provérbios, que se utilizam da palavra como veículo de expressão do conhecimento e de sua difusão na comunidade. Isso ocorre porque, segundo Carlos Serrano (1993), “o homem é o suporte privilegiado da força vital que anima a palavra” (Serrano, 1993, p. 137), e, a partir desse princípio, compreende-se melhor o contexto mágico-religioso e social que fundamenta o respeito pela palavra nas sociedades de tradição oral.

Ainda conforme Serrano, de acordo com a tradição africana, “a palavra falada, além de seu valor moral fundamental, possui um caráter sagrado, que a associa à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas” (Serrano, 1993, p. 136). Dessa forma, a palavra que extrai do sagrado seu poder “criador e operativo” coaduna-se tanto com a conservação quanto com o rompimento da harmonia, numa relação dual entre o homem e o mundo que o cerca.

Sob essa ótica, Jurema de Oliveira (2022) reflete que:

pensar a ancestralidade na contemporaneidade significa traçar a linha temporal dos valores que ao longo dos séculos nos alimentam. Nos interstícios do poder as práticas culturais negras resistem apesar da sua invisibilidade no discurso oficial. Entender a força ancestral e reconhecê-la na vida comunitária significa resistir (Oliveira, 2022, p. 111).

Esse cenário de resistência do povo negro, articulado ao percurso histórico-social marcado por desigualdades e silenciamentos, ganha especial relevo na literatura de Carolina Maria de Jesus. Sua obra atua como um registro sensível e político dos saberes ancestrais e das práticas culturais de longa duração, especialmente por meio dos provérbios, que assumem papel central em sua escrita. Neles, evidencia-se um processo de resgate e reinscrição da cultura afrodescendente, promovendo a valorização da identidade negra e sua digna participação na construção da história e da nacionalidade brasileiras. Esses enunciados breves, herdeiros das tradições orais africanas, condensam experiências coletivas, ética popular e sabedoria ancestral, funcionando como dispositivos de memória e resistência.

Outros autores fundamentais ao se falar da ancestral oralidade africana são Amadou Hampâté Bâ (2010), pensador malinês, propõe que a oralidade africana não é ausência de escrita, mas um modo específico de arquivar e transmitir saberes. Para ele, a palavra oral está profundamente ligada à ancestralidade, e cada provérbio representa uma espécie de “livro falado”. Seu pensamento fundamenta a ideia de que *Provérbios*, de Carolina, atua como continuidade de uma tradição africana de sabedoria popular, reinventada no contexto brasileiro da favela.

O autor ainda menciona

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África (Hampâté Bâ, 2010, p. 167).

Hampâté Bâ evidencia a centralidade da tradição oral como fundamento epistemológico e histórico das sociedades africanas, contrapondo-se à visão eurocêntrica que privilegia a escrita como única forma legítima de produção e preservação do conhecimento. Ao afirmar que nenhuma tentativa de compreender a história e o espírito dos povos africanos será válida sem o reconhecimento dessa herança oral, o autor destaca que a memória transmitida “de boca a ouvido, de mestre a discípulo” é um sistema de conhecimento completo, que abrange mitos, valores, técnicas, genealogias e cosmologias. Os “grandes depositários” (anciãos, griôs,

sacerdotes, contadores de histórias) são figuras fundamentais nesse processo, pois incorporam em si a “memória viva da África”, funcionando como arquivos humanos e guardiões do saber ancestral. Essa concepção rompe com o paradigma colonial da história oficial e escrita, ao valorizar a oralidade como veículo legítimo de historicidade, identidade e resistência cultural.

Ruth Finnegan (1970) define os provérbios como formas elaboradas de literatura oral, dotadas de estrutura, função social e estética própria. Sua obra rompe com o preconceito de que a oralidade é inferior à escrita, reconhecendo nos provérbios formas legítimas de conhecimento e comunicação. Aplicada a Carolina, essa abordagem permite valorizar *Provérbios* como literatura em sua plenitude, e não como mero registro folclórico.

Lélia Gonzalez (1988) cria o conceito de “amefricanidade” para reconhecer a fusão cultural das Américas negras, africana, indígena e ocidental, em práticas e saberes populares. Os provérbios de Carolina se inserem nessa lógica, pois são expressões de um saber sincrético, que mistura oralidade ancestral, cristianismo popular, crítica social e cotidiano periférico.

Na literatura de Carolina, os provérbios não são apenas marcas estilísticas, mas sim estratégias de afirmação cultural que reafirmam a presença negra como formadora e transformadora do Brasil. Sua escrita, portanto, não busca apenas denunciar injustiças, mas também propor uma nova consciência de pertencimento e igualdade, na qual o negro não é coadjuvante, mas coparticipante da narrativa nacional. Nesse sentido, sua obra reconfigura o entendimento da literatura como espaço universal de expressão humana, pois, como ela mesma sugere, “a literatura não tem cor”, mas tem memória, voz e identidade.

Ademais, apresenta-se a análise dos provérbios na narrativa de Carolina segundo sua classificação em três grandes temas presentes na obra, a saber: 1) Homem; 2) Política; e 3) Religião, ressaltando que tais temáticas estão ancoradas numa macroestrutura que é a sociedade, e é por meio do tecido social que se entrelaçam o homem, a política e a religião.

Vale mencionar que os provérbios emanam de um universo cultural formado, neste caso, a partir da perspectiva feminina, no qual se figuram questões como a obediência da mulher perante seu marido, o temor a Deus do casal para que sigam retos

em suas vidas conjugais, e concepções da natureza humana sob diferentes vertentes, como mentira, imoralidade, desonestidade, pobreza, intriga, maldade, entre outras.

Além disso, realiza-se uma exploração centrada no aspecto semântico-pragmático da expressão enunciada e sua relação com o sujeito que fala, considerando que essa posição ocorre subjetivamente em um tempo histórico específico. Trata-se da voz de uma mulher negra, marginalizada e favelada, que intenta sobressair e atravessar os muros cerrados que a impedem de prosseguir na sociedade patriarcal em que habita.

Ainda que a evocação da tradição oral africana seja essencial para compreender o contexto histórico e epistemológico de onde emergem práticas culturais como os provérbios, é preciso destacar que tais referências cumprem aqui uma função introdutória. O foco deste estudo, portanto, não reside na análise etnográfica ou antropológica da oralidade ancestral em si, mas na apropriação crítica e escritural desse legado por meio da obra *Provérbios* (1963), de Carolina Maria de Jesus. Nesse sentido, o interesse centra-se na maneira como a autora reelabora essa tradição dentro de uma estética literária própria, incorporando a sabedoria popular ao texto escrito como gesto de resistência, autoria e reinvenção da linguagem. A ancestralidade funciona, assim, como ponto de partida simbólico e cultural, mas o núcleo da análise repousa sobre a dimensão textual, autoral e política dos provérbios enquanto forma literária marcada por sua inscrição no papel e no espaço da literatura afro-brasileira.

### **A representação cultural e simbólica da sociedade através dos provérbios**

– A senhora conhece o ditado, não conhece?  
Mais vale uma mão no pássaro (Mia Couto).

– Melhor um pássaro voando do que dois na mão!...  
Eis a versão do provérbio, para uso dos fortes,  
dos capazes de ideal... (Guimarães Rosa).

O uso do provérbio em contextos sociais não ocorre de maneira aleatória ou desprovida de intenção. Pelo contrário, sua natureza eminentemente oral articula ideias que cumprem uma função específica: orientar comportamentos e decisões, oferecer direções simbólicas e práticas para as vivências individuais. Assim, os provérbios funcionam como instrumentos de transmissão de saberes coletivos, condensando

experiências históricas e culturais em enunciados breves, porém carregados de significado. São formas de sabedoria ancestral que indicam caminhos seguros a seguir, evitando desvios e incertezas.

Dentro dessa perspectiva, compreendê-los requer inseri-los no contexto mais amplo da sociedade, entendida aqui como um conjunto complexo de indivíduos que compartilham um território, valores, rituais, costumes e formas de organização. Nessa coletividade, as relações sociais, ainda que muitas vezes marcadas pela impessoalidade, operam por meio de linguagens comuns e referências compartilhadas, entre as quais os provérbios ocupam lugar de destaque como expressão simbólica e pedagógica da experiência coletiva.

Walter Benjamin (1987) descreve o provérbio em momento específico como o “ideograma de uma narrativa”, considerando-o a “verdadeira narrativa”, explicando o porquê disso: ele sempre traz em si, às vezes de forma manifesta, uma dimensão utilitária. Logo, “essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida, de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos” (Benjamin, 1987, p. 217). Além disso, há uma ressalva: se ‘dar conselhos’ parece hoje algo antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis.

Com efeito, os provérbios (assim seria possível dizer) são “escombros, existentes no lugar de antigas estórias, nos quais a moral envolve um gesto como se fosse hera a enrolar-se em torno de muros” (Benjamin, 1987, p. 217). Nesse sentido, essa expressão arcaica, enraizada no discurso contemporâneo e literário, conjuga o verbo “viver” enquanto existência viva, latente e em experimentação cotidiana, pautada na crença de que as coisas no mundo são formas de aprendizagem para o homem.

Essa complexidade social se concentra em duas características inatas da composição humana: a bondade e a maldade. Extensivamente, essa dicotomia é retratada na maioria dos provérbios, adágios reproduzidos e escritos por Carolina Maria de Jesus. A bondade e a maldade presentes na sociedade representam a fragmentação do indivíduo que deseja se fazer inteiro, mas cujas partes estão fracionadas e não se consubstanciam enquanto existirem diferenças entre si.

Neste ponto do texto, apresenta-se de maneira estrutural, a apresentação de alguns provérbios relacionados à discussão sobre a bondade e a maldade, articulada ao

tema macro “sociedade”, conjunto e base dos discursos aforísticos, que abriga os temas micro “homem”, “política” e “religião”. Portanto, discutirei os sentidos produzidos sob o ponto de vista semântico-pragmático e de comparação metafórica.

**Quadro analítico: provérbios e dicotomias na obra de Carolina Maria de Jesus**

<b>Provérbio</b>	<b>Valor semântico-pragmático</b>	<b>Comparação metafórica</b>	<b>Discussão crítica e associativa</b>
“Quando um homem casa, visando lucro, é um candidato ao fracasso porque o alicerce do casamento é o amor.” (Jesus, 1963, p. 14)	O provérbio contrapõe o amor, entendido como valor subjetivo e afetivo, ao lucro, símbolo da racionalidade fria e interesseira.	Amor é o alicerce da casa conjugal; lucro é areia movediça.	Carolina denuncia a perversão dos laços afetivos pela lógica materialista. No universo simbólico afro-brasileiro, o amor é vetor de equilíbrio e ancestralidade. A busca por lucro, nesse contexto, equivale a uma profanação do sagrado laço matrimonial, minando sua base ética. O homem que se casa por interesse viola o princípio vital da reciprocidade e da construção coletiva.
“Um governo é um artista exibindo a sua arte de	O provérbio explora o contraste entre governar como	O governo é um palco: há quem atue com seriedade e	A metáfora do “artista” revela o tensionamento entre

<p>governar para o povo; uns aplaudem outros reprovam.” (Jesus, 1963, p. 14)</p>	<p>responsabilidade pública e governar como espetáculo.</p>	<p>quem faça da política uma farsa.</p>	<p>a política como serviço e como encenação. Carolina, com fina ironia, expõe a falência ética da governança populista. A divisão entre aplauso e reprovação evidencia a fragmentação social e os limites da democracia real em contextos de desigualdade estrutural.</p>
<p>“O que pertence a Deus é dos homens. O que é dos homens é vendido.” (Jesus, 1963, p. 13)</p>	<p>Este provérbio denuncia a mercantilização da vida e do mundo, contrapondo o dom divino à avareza humana.</p>	<p>Deus oferece o ar; o homem vende até o chão que pisa.</p>	<p>Carolina recorre à crítica metafísica para sublinhar o abismo entre o princípio criador (Deus) e a lógica capitalista dos homens. A sacralidade da existência, o ar, a terra, a morada, é violada pela lógica profana da propriedade e do lucro. Assim, a autora invoca uma ética espiritual ancestral que</p>

			valoriza o comum e denuncia a privatização do que é coletivo.
--	--	--	---

**Fonte 1:** Quadro analítico da dicotomia bem *versus* mal presente nos provérbios de Carolina Maria de Jesus. In: JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios**, 1963. Elaborado pelo autor (2025).

Os provérbios de Carolina, inseridos no universo afro-brasileiro de resistência, operam como formas de sabedoria popular condensada, estruturadas sobre dicotomias arquetípicas como *bem x mal* e *sagrado x profano*. Essa lógica maniqueísta, longe de simplificar, revela conflitos éticos profundos da modernidade: entre afetividade e utilitarismo, entre serviço público e espetáculo político, entre espiritualidade e mercantilismo.

Por meio dessas estruturas binárias, Carolina propõe uma leitura crítica da sociedade que vai além da denúncia: ela formula um pensamento pedagógico e político, ancorado na oralidade, na ancestralidade e no cotidiano das camadas populares. Sua escrita performa, nesse sentido, uma pedagogia da resistência que transforma a experiência da favela em matéria simbólica de sabedoria coletiva.

### **Narrativa proverbial: O homem e suas relações formativas e identitárias**

Hoje a recordação daquele mundo

me traz lágrimas aos olhos. Como éramos pobres! Miseráveis talvez! Como a vida acontecia simples e como tudo era e é complicado! (Conceição Evaristo).

A importância das ações e reflexões do indivíduo, em especial daquelas ligadas ao homem, é naturalmente constatável, mesmo quando engendradas em culturas e períodos distintos. Tais atos e ponderações carregam intensamente as diferentes instâncias dos eventos culturais, como, por exemplo, a questão dos valores, princípios religiosos, regras impostas, manifestações artísticas, linguagens, ideologias e estereótipos. Assim sendo, dentre essas produções culturais, os provérbios se destacam por se configurarem como uma das principais fontes de informação, abarcando inúmeras dessas instâncias.

Eduardo Teixeira (2015), ao conceituar a parte estrutural da composição dos provérbios, menciona que:

Estruturalmente, os provérbios prescindem frequentemente de verbos, organizam-se numa forma elíptica, através da qual o verbo pode ser mentado (suposto), podendo se apresentar em prosa ou em verso numa sentença curta, incisiva, direta, sumária. É comum compor-se de duas unidades em paralelismo, admite antíteses, e pode figurar causa e efeito. Utiliza uma conceituação abstrata, metafórica, enigmática ou simbólica; que por sua propriedade de encaixe (às vezes, vacuidade), adere a inúmeros contextos. 70% podem admitir o verbo ser ou correlatos, excepcionalmente o haver, e mais raramente, outros (Teixeira, 2015, p. 58).

O provérbio tem sua origem na sabedoria popular, pertencendo ao campo do conhecimento folclórico dos povos. Sua produção é marcada por uma dupla função: a de aconselhamento e a de crença. Trata-se, portanto, de um dispositivo simbólico que se articula aos rituais de vida, convocando o indivíduo à reflexão sobre sua condição humana, individual e coletiva. Ao enunciar uma lição, o provérbio aproxima o sujeito de uma sabedoria construída socialmente, oferecendo uma verdade a ser seguida, pautada em um modelo ético de ação. Em sua essência, representa um saber cristalizado que orienta condutas diante de situações-problema, como afirma a paremióloga Ana Maria Vellasco: trata-se de “uma manifestação do passado cristalizado no presente” (Vellasco, 2002, p. 7).

Ao escrever *Provérbios*, Carolina Maria de Jesus inscreve-se nessa tradição oral e filosófica, ressignificando-a a partir de sua experiência como mulher negra, favelada e escritora. Seu trabalho não apenas recupera esse patrimônio coletivo, mas o reinscreve em uma escrita literária criadora e crítica. Desde o início da obra, destaca-se o tema “Homem”, cuja atuação social é examinada por meio de categorias morais e éticas: “O homem para ter valor: deve dizer sempre a verdade, e será sempre um senhor perante a sociedade./ A honra do homem, é uma bússola na sua vida./ Os homens que metamorfoseiam os seus atos, não tem amizade a ninguém” (Jesus, 1963, p. 9).

A moral, enquanto conjunto de costumes, normas e motivações éticas, é aqui apresentada como medida do valor do homem na sociedade. Para Carolina, o respeito e a retidão surgem da verdade e da coerência entre palavra e ação. Aquele que se desvia desses princípios torna-se indigno, desonrado e socialmente reprovável.

Outros provérbios ampliam essa crítica ao destacar atributos específicos da conduta masculina, como a honestidade, a integridade e a diligência: “o homem que se enriquece com trapças, está construindo um edifício sem alicerce” (Jesus, 1963, p. 14), e “O homem que conduz sua vida na retidão, pode viver despreocupado./ (...) O homem que quer viver e não quer trabalhar é um imaturo” (Jesus, 1963, p. 14).

Aqui, a autora articula uma pedagogia popular que vincula o trabalho à maturidade e a honestidade à solidez de caráter. A metáfora do edifício sem alicerce simboliza a instabilidade moral daquele que prospera por meio de práticas desonestas.

Outro aspecto recorrente é a crítica à avareza e à desigualdade social, presentes na crítica à idolatria do dinheiro: “enquanto o homem der mais valor ao dinheiro do que ao próprio homem, o mundo será um pandemônio” (Jesus, 1963, p. 26).

Neste provérbio, Carolina evidencia a desumanização das relações mediadas pelo capital, reafirmando um princípio ético de valorização do ser humano sobre o ter. A figura do homem que abandona a família é também tematizada: “o homem que sabe que é pai e abandona os filhos aos cuidados unicamente da mulher, é uma *polegada* de homem” (Jesus, 1963, p. 24, grifo meu). A metáfora da “polegada de homem” dimensiona simbolicamente a queda moral e afetiva do pai ausente. Carolina denuncia, de forma contundente, o desrespeito aos laços familiares e à corresponsabilidade conjugal, valores fundamentais em sua visão de mundo.

A dimensão semântico-pragmática dos provérbios é especialmente potente

quando a autora constrói alegorias que revelam conflitos e propõem soluções morais: “o homem que é casado e não trabalha para auxiliar o lar, é apenas um reboque na vida da mulher” (Jesus, 1963, p. 24). A imagem do “reboque” sugere peso morto, dependência improdutiva e ausência de responsabilidade. Aqui, Carolina confronta a inversão de papéis tradicionalmente atribuídos ao gênero masculino, valorizando o esforço feminino diante da negligência do homem.

Diante de todo o exposto, é fundamental reconhecer que essa elaboração crítica parte da voz de uma mulher negra, marginalizada, que se apropria de uma tradição ancestral para, por meio da literatura, refletir e transformar a realidade. Seus provérbios, ainda que aparentemente dirigidos a um público universal, ganham densidade particular quando lidos a partir da condição do homem negro. É a ele que se dirige a pedagogia da sobrevivência, da honra e do trabalho, justamente por estar socialmente vulnerável, historicamente privado de direitos e continuamente exposto às armadilhas da exclusão.

Carolina, ao se inscrever como sujeito ativo na produção da linguagem proverbial, reconstrói não apenas uma ética da convivência social, mas também um espaço de resistência simbólica frente às opressões de classe, raça e gênero. Sua escrita é, assim, criação e denúncia, memória e transformação.

### **O direito a voz e a autonomia de escolha: a política contemplada nos provérbios**

Os políticos estão amarrados num fio de retroz  
(Carolina Maria de Jesus).

Na época das eleições, todos querem ser políticos.  
É por isso que o mundo está pobre.  
Vamos trabalhar para o mundo ficar rico  
(Carolina Maria de Jesus).

Entende-se por política a arte ou ciência de governar, responsável pela organização, administração e direção das nações ou Estados. Nesse sentido, a sociedade apresenta-se como uma estrutura cuja condução se dá, idealmente, por meio da mediação dos chamados “representantes do povo”, os quais devem zelar pela confiança que lhes é atribuída, promovendo melhorias e respondendo às diversas demandas da população.

Na obra *Provérbios*, Carolina dá voz crítica à experiência política vivida por grande parte da população brasileira, especialmente a população negra e marginalizada, valendo-se da linguagem proverbial para expressar um saber popular denso, ancorado na observação aguda do cotidiano. Seus provérbios que abordam a política revelam não apenas indignação, mas também um projeto ético-social.

A sentença “Num país onde o seu povo passa fome, transforma-se em calamidade pública quando o povo começa a morrer nas ruas” (Jesus, 1963, p. 36) constitui uma denúncia contundente da falência do Estado diante do direito básico à alimentação. Aqui, Carolina evidencia que a fome, longe de ser uma fatalidade, é expressão de uma estrutura político-econômica excludente. A morte nas ruas não é apenas um drama individual, mas um índice da negligência governamental. E, como a própria autora sugere, as principais vítimas dessa calamidade são, em sua maioria, pessoas negras, dado que escancara o racismo estrutural que perpassa as políticas públicas.

O pensamento de Josué de Castro (1965) corrobora essa crítica. Segundo o autor, a fome no Brasil está essencialmente ligada à forma como se organiza a estrutura político-econômica do país. Para ele, a superação desse quadro não pode vir senão por meio de políticas comprometidas com o combate ao subdesenvolvimento, voltadas para o bem coletivo e não para os interesses de monopólios ou elites econômicas.

Mais adiante, Carolina estrutura um discurso político-narrativo que, ainda na linguagem do provérbio, adquire densidade descritiva e interpretativa. Ao analisar a relação entre política, agricultura e fome, ela afirma: “a maior calamidade de um país, é quando o homem abandona a agricultura para viver na cidade. Porque é uma minoria a produzir para uma maioria consumir” (Jesus, 1963, p. 28). Tais reflexões inserem-se no contexto do êxodo rural intensificado entre as décadas de 1960 e 1980, motivado pela mecanização do campo, pela concentração fundiária e pela industrialização acelerada. A preocupação de Carolina com esse fenômeno ultrapassa a esfera econômica: ela revela os impactos sociais e éticos da marginalização do trabalhador rural, criticando a ausência de políticas eficazes de redistribuição agrária e o descaso governamental.

Ela afirma, com lucidez e contundência: “e se o homem não voltar para a agricultura, não teremos superprodução. E o homem já viu, as greves não solucionam os

problemas do país. O que nos falta é o auxílio do governo” (Jesus, 1963, p. 29).

No contexto histórico da década de 1960, quando se discutiam as chamadas “reformas de base” do presidente João Goulart, entre elas, a reforma agrária, Carolina posiciona-se de forma crítica diante da falta de ação efetiva. A sua fala sobre o retorno ao campo não é uma submissão à lógica ruralista dominante, mas uma convocação à valorização da terra como meio de subsistência e justiça social: “falam em reformas de base; para mim, a melhor reforma é os que não têm condição de viver na cidade, é voltar ao campo. O que nos falta é ação” (Jesus, 1963, p. 31).

Ao fazer uso do provérbio, Carolina não apenas transmite ensinamentos, mas formula um projeto político a partir da experiência concreta da pobreza e da exclusão. Como observa Manuela Diamico (2007), a discussão da reforma agrária revela-se central porque expõe o abismo entre os discursos de governo e a realidade vivida pela população pobre. Nesse sentido, Carolina transforma a linguagem proverbial em instrumento de denúncia e resistência, ressignificando a oralidade como espaço legítimo de saber político.

(...) que no contexto anterior ao golpe qualquer proposta que viesse a conduzir a um desenvolvimento político-econômico independente do país era tida como ameaça, afinal, se efetivada, promoveria concomitantemente alterações estruturais tais como maior intervenção do Estado na economia nacional e a alteração na estrutura produtiva (Damiaco, 2007, p. 72).

Nesse sentido, o êxodo rural produziu consequências profundamente negativas tanto para o campo quanto para as cidades. Nas áreas urbanas, houve crescimento desordenado, expansão de moradias precárias em áreas de risco, aumento do desemprego e marginalização social. No campo, observou-se a redução da mão de obra agrícola, a criação de vazios demográficos e a substituição de trabalhadores por máquinas. Tal cenário de desequilíbrio socioeconômico afetou, sobretudo, as populações mais vulneráveis, tornando a fome um dos traços mais recorrentes e dilacerantes na escrita de Carolina.

A autora não trata a fome de modo abstrato ou distante, ela a viveu intensamente e a registrou em sua dimensão mais cruel e concreta. Sua literatura surge, portanto, como denúncia e testemunho de um sistema excludente, que falha em suas promessas de justiça e igualdade. Nas palavras de Josué de Castro (1965), a fome no Brasil está

intrinsecamente ligada à estrutura econômico-política do país, sendo efeito direto de um Estado omissivo, marcado por práticas centralizadoras e repressivas: “Estado sempre deficiente, primeiro em enfrentar o poder dos donos da terra, aqueles detentores do poder ainda empenhado pelo império, e depois por uma onda de centralismo do poder, acompanhado sempre pelo uso inadequado da força política, o braço armado repressivo” (Castro, 1965, p. 266).

É importante destacar que Carolina, ao denunciar esse estado de coisas, não condena o processo de urbanização em si, mas sim o modo como ele se deu em países de base colonial. O desenvolvimento urbano, nesse contexto, favoreceu apenas alguns grupos e regiões, aprofundando desigualdades sociais e acentuando a precariedade das condições alimentares e educacionais da maioria da população.

Essa realidade nebulosa está registrada nos provérbios de Carolina como retrato fiel de um país injusto:

Os governos deveriam construir escolas e farmácias federais para o povo rural. Para a maioria dos brasileiros, o Brasil é apenas Rio de Janeiro e São Paulo. E dentro da cidade não tem espaço para a lavoura. Há os que dizem: ‘Vá plantar batatas.’ Mas nem todos sabem plantar. O bom governo é aquele que conhece a agricultura praticamente. O que conhece teoricamente... ‘pobre país’. A fome é a dinamite do corpo humano. (Jesus, 1963, p. 29).

A autora questiona a quem se deve responsabilizar pela falta de aproveitamento da terra, se a terra é fértil e tudo o que se planta nela dá frutos. Indaga: “E não temos superprodução. O que nos falta? Coragem, boa vontade, cultura ou apoio do governo? É comovente ouvir o povo lamentando e não poder auxiliá-lo.” (Jesus, 1963, p. 30)

Em sua crítica, Carolina também aponta o privilégio de minorias e a perpetuação de estruturas herdadas da colonização. Relata uma conversa com um português que afirmou que os portugueses e os japoneses sustentavam o Brasil. Sua resposta irônica e contundente evidencia sua consciência crítica: “Porque eu não admito que ferem a força moral dos brasileiros.” (Jesus, 1963, p. 30). E conclui com uma sentença aguda sobre os efeitos duradouros da colonização: “O que eu noto é que os portugueses que descobriram o Brasil não tinham cultura para administrar e organizar o país. E foram eles que escreveram ‘ordem’ na nossa bandeira.” (Jesus, 1963, p. 30)

A crítica à elite colonialista é acompanhada de uma reflexão sobre a exclusão educacional no Brasil: “Sanearam escolas pelo país, entretanto, seus filhos eram enviados para estudar em Coimbra. E os filhos regressavam pomposos porque sabiam ler. Eram os almofadinhas, usando sapatos de bicos finos e chapéu palheta, permaneciam nas esquinas contando lorotas.” (Jesus, 1963, p. 30). E sintetiza, de modo categórico: “Eles deviam era fundar escolas, educar o povo e incluir o filho do escravo. Após a libertação dos escravos e a Proclamação da República, o que restou para o Brasil foi um saldo de analfabetos.” (Jesus, 1963, p. 30).

Outros provérbios que tratam do tema político reforçam a preocupação ética de Carolina com a qualidade dos governantes: Sentença a: “Um homem para ocupar um cargo público tem que ser escoimado e selecionado e de boa formação moral para auxiliar e reerguer o caráter de seu povo.” (Jesus, 1963, p. 36). Sentenças b: “O político que promove uma guerra oferece um espetáculo péssimo à juventude. Um político que conserva neutralidade numa guerra não é um político... é pai de seu povo. Um governo bom e sensato é um brilhante em seu país.” (Jesus, 1963, p. 49-50).

Esses provérbios revelam o desejo de justiça e isonomia, ressaltando a importância de princípios éticos para aqueles que assumem cargos públicos. A guerra, para Carolina, representa o fracasso da política e a destruição da juventude e dos ideais coletivos. Um bom governante é aquele que protege, não que destrói. Sua reflexão política ganha dimensão internacional ao comentar a morte do presidente John F. Kennedy, assassinado em 22 de novembro de 1963: Sentenças c:

A morte de Kennedy matou a ilusão dos que acreditavam que a humanidade estava aperfeiçoando-se.  
O assassino de Kennedy é descendente de Herodes e neto de Caim.  
O homem que salva seu semelhante é um anjo. O que mata, é uma fera.  
O que destacou o presidente Kennedy no globo foi o seu caráter honesto. Os dois homens bons que os Estados Unidos já produziram: Kennedy e Lincoln.  
E tiveram o mesmo fim. (...)  
Kennedy era o sol dos Estados Unidos. O sol que se apagou. Um homem que era digno de viver séculos e séculos. (...)  
A humanidade não gosta dos bons, mata-os: Kennedy, Lincoln, Sócrates, Jesus Cristo e outros.” (Jesus, 1963, p. 38-39).

Carolina expressa sua admiração por Kennedy não apenas como figura política,

mas como símbolo de esperança e mudança. Para ela, sua morte representa a derrota da bondade em um mundo corrompido. Ao compará-lo a Sócrates e Jesus Cristo, sugere que a violência se volta contra aqueles que desafiam as estruturas do poder com ética e compaixão.

A crítica atinge seu ápice na seguinte sentença: “A Casa Branca dos Estados Unidos não é o palácio do governo, é um esquife.” (Jesus, 1963, p. 49-50). E, finalmente, a admiração de Carolina pelo presidente americano se ancora em um valor que atravessa sua própria trajetória: “O valor do presidente Kennedy foi não ser racista.” (Jesus, 1963, p. 52).

Essa frase sintetiza a luta de Carolina por igualdade racial e por reconhecimento humano. Em um país, e um mundo, marcado pela discriminação, ela identifica em Kennedy uma rara exceção: um líder que ousou contrariar o racismo institucionalizado. “Se eu pudesse ressuscitar o Kennedy.” (Jesus, 1963, p. 44) e “Kennedy nasceu bom e morreu bom” (Jesus, 1963, p. 37).

Com isso, a escritora não apenas tece uma crítica profunda ao cenário político de sua época, mas também constrói um ideário ético e humano, ancorado na experiência do povo pobre e negro do Brasil. Sua escrita transita entre o testemunho, a denúncia e a utopia, transformando a linguagem proverbial em poderosa ferramenta de resistência e criação.

A atuação criadora de Carolina, portanto, vai muito além da crítica pontual: ela constrói uma visão política enraizada na ética popular, vinculando a política à sobrevivência e à dignidade. Sua escrita, marcada pela clareza, ironia e contundência, inscreve os marginalizados no centro do discurso político, devolvendo-lhes voz, memória e agência.

### **Em busca da salvação humana: a religião como juiz de todas as coisas**

Os homens são tão maus, que Jesus  
preferiu nascer entre os animais  
(Carolina Maria de Jesus).

Assim como necessitamos da luz para  
nos orientar no escuro necessitamos  
também de ser bons (Carolina Maria de Jesus).

A religião, enquanto fenômeno humano, é uma das instituições mais antigas e estruturantes da experiência coletiva. Trata-se de um sistema de crenças e práticas que reconhece e se organiza em torno da noção de *sagrado*, articulando-se por meio de rituais, símbolos e discursos ético-morais. Embora influenciada por aspectos culturais, a religião também influencia a cultura, funcionando como espaço simbólico de consolidação dos valores e normas de conduta de uma sociedade.

Carolina, ao registrar seus provérbios, opera como uma artífice da linguagem proverbial sagrada e crítica. Sua produção evidencia não apenas um saber tradicional ancestral, mas uma reflexão lúcida e visceral sobre a presença do sagrado no cotidiano dos marginalizados. Como mulher negra, pobre e favelada, sua relação com o divino não se dissocia das experiências concretas da fome, da exclusão e da injustiça social e, por isso mesmo, a sua religiosidade é também denúncia, ironia e profecia.

Uma primeira dimensão da religiosidade destacada por Carolina diz respeito à crença em um ser superior, criador do mundo. Tal figura é apresentada em contraste com a ação do próprio homem, responsável pelas desigualdades. No provérbio “Cristo foi um só. Judas multiplicaram” (Jesus, 1963, p. 34), evidencia-se o ceticismo diante da moralidade humana. Em outro trecho, a autora afirma: “Deus criou o mundo, o homem criou a desigualdade” (Jesus, 1963, p. 37). A oposição entre o sagrado e o profano é clara: Deus representa o bem e a criação; o homem representa a queda, a distorção da ordem divina.

Carolina ainda se aprofunda na crítica às estruturas religiosas ao afirmar: “Cristo não foi escravo, mas foi vendido” (Jesus, 1963, p. 54), revelando que até o mais elevado símbolo da fé cristã foi submetido à lógica do comércio e da traição. Em tom amargo e irônico, ela denuncia o abandono da população negra pelo próprio Deus, afirmando que “o Deus que é destinado a velar a raça negra, deve ser um Deus analfabeto que não toma conhecimento da vida infausta do negro aqui na Terra” (Jesus, 1963, p. 54). Nesse provérbio, Carolina rompe com a devoção passiva e desafia diretamente o sagrado, conferindo à sua fala uma potência crítica que reconfigura os discursos dominantes.

Outro aspecto marcante é sua leitura simbólica da transcendência, revelada no provérbio:

Creio que os astros não protegem os homens, cujos nomes inicia-se

com a letra ‘J’. João Batista decapitado. Jesus Cristo foi crucificado. John Kennedy foi assassinado. Jânio Quadros renunciou. Judas Iscariotes enforcou-se. José Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes) foi enforcado. João Goulart foi deposto. Juscelino Kubitschek perdeu o seu mandato político.” (Jesus, 1963, p. 59).

Esse aforismo articula o sagrado e o político como esferas indissociáveis, fundindo a história bíblica e a história brasileira. A letra “J” torna-se uma chave trágica de leitura da morte, da perda e da injustiça. Com humor ácido e inteligência intuitiva, Carolina tece conexões simbólicas e históricas que desestabilizam as verdades absolutas.

Por outro lado, a fé no divino permanece como possibilidade de salvação e virtude moral. Para ela, “o homem que imita Cristo na bondade, tem muito mais valor do que aquele que imita a cobra na maldade” (Jesus, 1963, p. 53), e “a letra ‘J’ escreve: o nome de Jesus. Desejou o bem da humanidade e morreu na cruz...” (Jesus, 1963, p. 56). O embate entre o bem e o mal aparece como dilema ético constante, que atravessa tanto a vida pessoal quanto o convívio social.

Carolina formula uma visão de mundo em que Deus é plural, criador das raças e da diversidade humana: “Deus é o pai das raças humanas. Um raças que são seus filhos. Filhos que vivem brigando e não dão tranquilidade aos pais. Se Deus criasse só uma raça, seria egoísta. Criou diversas, comprovando a sua superioridade.” (Jesus, 1963, p. 55). Essa afirmação universalista da diversidade como valor divino se opõe ao preconceito e ao racismo, que Carolina denuncia como invenções humanas: “Deus na sua sapiência criou todas as raças e povoou o mundo. Mas o homem, este Deus de barro que há de voltar ao pó, criou o preconceito.” (Jesus, 1963, p. 17)

Assim, a dicotomia barroca entre bem e mal, sagrado e profano, Deus e homem, presente em seus provérbios, serve para demonstrar que a queda ética do ser humano é um afastamento de sua origem divina. Ao ceder à ganância e ao egoísmo, o homem se distancia do modelo ético ensinado pelo sagrado. Carolina critica a religiosidade hipócrita, voltada ao lucro e à aparência: “O homem que tem ambição de ficar rico, quando dá uma esmola, é pensando e visando que Deus vá duplicar seus haveres. Não tem valor este óbulo” (Jesus, 1963, p. 37), e em outra frase temos: “O homem que pensa em Deus uma vez por dia, triunfa; o que pensa no dinheiro, resvala-se.” (Jesus, 1963, p. 37)

Para aprofundar a compreensão filosófica dessa religiosidade popular, podemos recorrer a Renato Lessa (2017), que, inspirado em Hume, identifica três tipos de crença fundamentais: ontológica, epistemológica e causal. A crença ontológica é aquela na existência de um mundo exterior e independente da vontade humana. Os provérbios de Carolina, ao afirmar a criação divina e denunciar a corrupção humana, partem dessa crença: Deus criou o mundo com ordem, mas o homem o perverteu. Ao dizer que “Deus disse: multiplicai, mas o homem multiplicou apenas os bens materiais” (Jesus, 1963, p. 20), a escritora indica a ruptura entre o plano do criador e a conduta do homem, dominada pela matéria.

A crença epistemológica diz respeito à confiança nas regularidades do mundo como base para a previsão do futuro. Carolina observa a repetição das injustiças e formula um saber popular que orienta o presente com base no passado: “Os fortes sabem vencer as vicissitudes da vida.” (Jesus, 1963, p. 15) e “Se Deus não fosse superior, já havia extinguido o globo.” (Jesus, 1963, p. 12). Acreditar em Deus é, portanto, sustentar uma esperança de justiça futura e confiar que a bondade pode resistir à dor.

Por fim, a crença causal, baseada na confiabilidade dos sentidos e na continuidade da experiência, também está presente nos provérbios, sobretudo na relação entre miséria e fome. Carolina denuncia que a fome animaliza o ser humano: “A palavra mais feia do dicionário é a Palavra miséria”. (Jesus, 1963, p. 27) e “O estômago não faz seleção quando estamos com fome.” (Jesus, 1963, p. 35). Essa sabedoria prática, encarnada na vivência, constrói um sistema de valores espirituais que parte da dor para criar resistência, solidariedade e ética.

Assim, o tema da religião em *Provérbios* não se restringe à adoração do divino ou à aceitação dogmática. Pelo contrário, Carolina assume uma postura crítica e ao mesmo tempo devocional, contestadora e esperançosa. Sua religiosidade é profundamente engajada e material, ela quer justiça, pão e escola para o povo. Acredita em Deus, mas cobra sua presença. Crê na bondade, mas reconhece o mal como parte ativa da sociedade.

A crença, sobretudo, para Carolina, é uma força de afirmação da vida, uma prática cotidiana de resistência e de ética. Seu discurso proverbial é, ao mesmo tempo,

memória e projeto, denúncia e fé, palavra e luta.

### Considerações finais

A obra *Provérbios* se destaca como um marco singular na produção de Carolina Maria de Jesus, ao conferir protagonismo à forma breve do aforismo como expressão literária, política e estética. Ao reunir, de forma concentrada, frases de sabedoria popular, Carolina eleva a oralidade afro-brasileira a um patamar autoral e crítico, transformando a simplicidade formal em potência discursiva. Sua escrita é uma arte da síntese que denuncia, provoca e ressignifica, revelando as contradições sociais, o racismo estrutural, a hipocrisia institucional e a condição de miséria dos marginalizados. Dessa forma, *Provérbios* transcende o *status* de coleção de ditos populares para se afirmar como instrumento de pensamento, de resistência e de reinvenção do sujeito periférico.

Ao articular oralidade, religiosidade, política e filosofia popular, Carolina constrói uma estética da resistência ancorada em saberes não institucionalizados, mas de profunda densidade ética e crítica. Sua obra inscreve o sujeito negro, pobre e favelado como agente de conhecimento, subvertendo as hierarquias do saber tradicional. O provérbio, nesse contexto, torna-se intervenção: é criação literária que reflete o mundo e, ao mesmo tempo, o transforma. *Provérbios* reafirma, assim, o gesto de autoria de Carolina e sua capacidade de instaurar um projeto literário que é também um projeto de cidadania simbólica. Ler Carolina é escutar uma voz que resgata o passado para iluminar o presente, convertendo a palavra popular em ferramenta de leitura crítica do Brasil.

### Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CHIZIANE, Paulina. **As andorinhas**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

COSTA, Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 336-358p.

DAMIACO, Manuela de Souza. Reformas de base: Goulart e a Estrutura Agrária. **Revista Em Debate**, Florianópolis, n. 3, 2007, p.69-86.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 11-23.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FERNADEZ, Raffaella Andréa. Edição crítico-genética de três narrativas carolinianas: o caráter proverbial nos cenários do devir-fome amarela. **Revista Manuscrita**. n. 32, 2017.

FINNEGAN, Ruth. **Oral literature in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 1970.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amerifricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, b. 92/93. Rio de Janeiro, 1988.

HAMPATÊ BÂ, Amadeu. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré -história da África**. Brasília: UNESCO, 2010. 167-212p.

JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios**. São Paulo: [s.n.], 1963.

LESSA, Renato. Processo e antropologia da crença. In: Novaes, Adauto (org.). **Mutações: Entre dois mundos**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2017.

OLIVEIRA, Jurema José de. Ancestralidade e afro-brasilidade. **Revista Mosaico**. v. 16, p. 108-124, 2023.

PROENÇA FILHO, Domicio. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Revista Estudos Avançados**. v. 18, n. 50, 2004.

SERRANO, Carlos. Símbolos do poder nos provérbios e nas representações gráficas Mabaya Manzangu dos Bawoyo de Cabinda – Angola. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n. 3, p. 137-146, 1993.

TEIXEIRA, E. de A. O provérbio nas estórias de Guimarães Rosa e Mia Couto. **Revista Navegações**. Porto Alegre. v. 8, n. 1, p. 57-63, jan.-jun. 2015.

VELLASCO, A. M. de M. S. Introdução. **Coletânea de provérbios e outras expressões populares brasileiras de provérbio**. Disponível em:

<http://www.deproverbio.com/display.php?a=4&f=DPbooks&r=VELLASCO/INTRODUCAO.html>. Acesso em 15 de mar de 2024.

**Recebido em: 06 de julho de 2025.**

**Aceito em: 28 de agosto de 2025.**